

GÊNERO, IDENTIDADE E DIVERSIDADE SEXUAL: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE DISCUSSÕES DESSA TEMÁTICA NO ÂMBITO ESCOLAR

Jose Maria de Barros Junior

Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Garanhuns
junior.barros.3000@hotmail.com

Susana Alves de Araujo

Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Garanhuns
susanaaraujo21@hotmail.com

Resumo: O presente artigo busca destacar a importância e a necessidade de se trabalhar gênero, identidade e diversidade no contexto escolar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que surgiu da curiosidade dos autores em conhecer melhor sobre o assunto e da carência desse tema nos cursos de formação. A questão de pesquisa que buscamos responder foi: quais as principais implicações de incluir discussões sobre gênero e sexualidade no âmbito escolar? Para responder essa questão, o presente artigo tem como principal objetivo compreender quais as implicações de abordar gênero e sexualidade no âmbito escolar diante do currículo, da proposta pedagógica e da formação inicial de professores. Bem como verificar as consequências da omissão ou inclusão desse tema em sala de aula e entender como essas questões perpassam o ambiente escolar na construção de identidades. Para sustentar a presente pesquisa tivemos como autores principais Barbosa e Guizzo (2016), Jesus *et al* (2008), Louro (2000), Meyer (2004), Butler (1990), entre outros. As discussões mostram que é essencial incluir essas questões na escola para diminuir preconceito, discriminação, violência e para auxiliar pessoas na construção de identidades.

Palavras-chave: Gênero. Identidade. Diversidade Sexual. Educação. Currículo.

GENDER, IDENTITY AND SEXUAL DIVERSITY: BIBLIOGRAPHICAL SURVEY OF DISCUSSIONS ABOUT IT IN THE SCHOLAR SCOPE

Abstract: The present article aims to discuss the importance and need to work about gender, identity and sexual diversity in the scholar context. It is about a bibliographic research that arose from the curiosity of the authors in learning more about the theme and the lack of discussions about it in the training course. So, the question of this research it is: what are the mains implications to include discussions about gender in the scholar scope? To answer this question, this article aims to understand how gender, identity and sexual diversity can be discussed in the school environment. Furthermore, we aim to understand the difficulties of working this issue in the scholar scope, check the consequences of the omission or inclusion of this topic in school and understand how these issues permeate the school environment in the construction of identities. To support this research we had as main authors Barbosa and

Guizzo (2016), Jesus et al (2008), Louro (2000), Meyer (2004), Butler (1990), among others. The discussions shows that is essential to include these questions in the school to reduce prejudice, discrimination, violence, and to assist in the construction of identities of the people.

Keywords: Gender. Sexual Identity. Sexual Diversity. Educacion. Curriculum.

INTRODUÇÃO

As possibilidades de discussões relacionadas com gênero, identidade e diversidade sexual no contexto educacional vêm gerando cada vez mais polêmicas, uma vez que essas discussões se contrapõem aos valores estabelecidos socialmente, como o da família tradicional (homem e mulher). De um lado, estão os que defendem que essas questões devem ser trabalhadas na educação; de outro - principalmente no congresso com a frente parlamentar evangélica e católica – há aqueles que buscam mantê-las longe da educação.

Essa resistência contra as discussões dessa temática se dar por diversos motivos, tais como: preconceito, falta de preparo ou lacunas na formação inicial de professores, divergências religiosas e culturais, sobretudo políticas, conservadorismo, entre outras (NOGUEIRA, 2010; ROSENO; GUIMARÃES, 2016). Assim, discutir essas questões é ir contra o conservadorismo social para buscar quebrar paradigmas e estigmas engessados, estereótipos, tabus e diversos outros fatores que dificultam a reflexão sobre a referente temática em nosso país.

As reflexões a respeito de gênero surgiram por meio de lutas de movimentos feministas em busca de direitos iguais na sociedade, que abriram portas para outros movimentos sociais, como o LGBTTTTI* (Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais)¹, que ganharam mais notoriedade nas décadas de 70 e 80 com as discussões a respeito da AIDS/HIV, e também instigaram diversas pesquisas com o intuito de compreender a invisibilidade política das mulheres e homossexuais (MEYER, 2004).

¹Atualmente diversas siglas são usadas para se referir a essa comunidade. Optamos por utilizar essa por ser mais abrangente.

Esses movimentos provocaram discussões a respeito dos tabus existentes na época, influenciando uma quebra de estigmas e preconceitos enraizados na sociedade. Com as discussões sobre sexualidade, maternidade e relações afetivas emergiram debates a respeito de outros temas (NOGUEIRA, 2010). Podemos afirmar que os movimentos sociais feministas abriram portas para que outras temáticas, como educação, fossem discutidas em um âmbito mais amplo (LOURO, 1997). Porém, na sociedade brasileira os avanços das discussões de gênero e sexualidade enfrentam alguns desafios, como salientamos anteriormente. Assim, se faz necessário discutir essas questões na esfera educacional, uma vez que o fluxo de informação presente nos meios de comunicação em massa o que faz com que a temática acabe adentrando o contexto escolar, já que os sujeitos que dela fazem parte estão em contato direto com essas informações.

Dessa forma, partimos do seguinte questionamento para iniciar a pesquisa: quais são as principais implicações em incluir as discussões que envolvem gênero no âmbito escolar? Para responder essa questão, o presente artigo tem como principal objetivo compreender quais as implicações de abordar gênero e sexualidade no âmbito escolar diante do currículo, da proposta pedagógica e da formação inicial de professores. Além disso, pretendemos analisar as discussões sobre a inclusão das questões de gênero no Ensino Fundamental, verificar as consequências da omissão ou inclusão desse tema em sala de aula e entender como essas questões perpassam o ambiente escolar na construção de identidades. Não nos delimitamos a estudar uma etapa específica da educação, pois acreditamos que as discussões focam o ambiente escolar como um todo, são discussões em um aspecto macro.

Para isso, começaremos diferenciando alguns termos referentes a gênero. Feito isso, discutiremos essas questões no âmbito escolar e depois levantaremos alguns aspectos essenciais que auxiliam na discussão dessas questões na esfera educacional, como os citados anteriormente, tais como: proposta pedagógica, currículo e formação inicial.

Esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, pois segundo Gil (2008, p. 50) a pesquisa bibliográfica é aquela que “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Dessa maneira, essa pesquisa se enquadra como tal, uma vez que parte de materiais já publicados e reconhecidos por órgãos

competentes para responder uma questão previamente estabelecida. Ademais, a pesquisa bibliográfica permite investigar diversos fenômenos de forma mais ampla sem precisar interagir diretamente com eles. Desse modo, ela é importante para o meio acadêmico e educacional, pois busca no plano teórico soluções para problemas práticos e reflete sobre determinados objetos de pesquisa com base nas produções a respeito do assunto pesquisado.

A pesquisa foi realizada no contexto do curso de pedagogia como uma forma de atender as demandas de uma disciplina específica. Para executá-la, começamos com um levantamento bibliográfico, posteriormente foram feitas a seleção, classificação, leitura, fichamentos do material pesquisado, isto é, dos livros e artigos.

O interesse em pesquisar o tema surgiu principalmente da curiosidade dos autores após o contato com pesquisas a respeito de gênero, sexualidade e direitos humanos em um encontro de pesquisa, que nos fizeram perceber o quanto é primordial trabalhos com essas temáticas no âmbito escolar. Ademais, acreditamos que discutir o referente tema é uma forma de instigar outras pesquisas e possivelmente a inclusão do assunto em outros momentos da formação. Para auxiliar nas discussões e no alcance dos objetivos tivemos como principais autores Louro (1997), Meyer (2004), Butler (1990), entre outros.

GÊNERO: DESMISTICANDO TERMOS

Há algumas diferenciações a respeito dos termos comumente usados quando nos referimos à diversidade sexual, tais como: sexo, gênero, identidade sexual, orientação sexual, sexualidade e até diversidade sexual. Esses termos muitas vezes são usados erroneamente como sinônimos ou com definições distintas dos seus reais significados. Por isso, buscamos discutir um pouco sobre eles para evitar tais equívocos e oferecer clareza nas discussões.

Durante muitos anos o sexo foi tido apenas como características biológicas referentes aos cromossomos que nos identificam enquanto seres “machos” ou “fêmeas”, sendo o cromossomo “X” referente ao sexo feminino e o cromossomo “Y” ao sexo masculino. Alguns autores como Jesus *et al* (2008) e Louro (2000) afirmam que o sexo diz respeito às características físicas, anatômica e órgãos reprodutores. Porém, essa visão de sexo apenas

como características biológicas está ultrapassada, uma vez que autores recentes como Butler (2000) discutem que os conceitos de natureza são históricos e que degradam o natural como algo que precisa de marca social para adquirir valor ou conhecimento, como algo anterior a inteligibilidade.

Para Butler (2000), o sexo trata-se tanto de uma materialização quanto de uma norma. Materialização porque se estabiliza ao longo do tempo para demarcar espaços, fronteiras, relações de poder e desigualdades como um todo. Normas porque regulamenta e governa a materialização do corpo, isto é, os frutos das relações de poder que demarcam, diferenciam ou excluem os corpos. Desse modo, sexo é “uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2000, p. 114). Portanto, o sexo é uma qualificação social e culturalmente construída que governa a materialização dos corpos.

O gênero é uma construção social, histórica, cultural ou de poder, produto das diferentes formas de se relacionar dos homens e mulheres em sociedade. Nessa perspectiva, gênero é uma produção de diversos fatores e o sexo é aquilo que diz respeito aos aspectos biológicos que independem da cultura. Meyer compreende o conceito de gênero como:

O conceito de gênero remete a todas as formas de construção social, cultural e linguística implicadas com processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e nomeando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade (2004, p. 15).

Por ser uma construção social, as concepções de gênero ditam as formas como o homem e mulher – assim como o menino e a menina – devem se comportar e se relacionar entre si. Essas construções iniciais estão postas mesmo antes do nosso nascimento. Jesus *et al* (2008) e Barbosa e Guizzo (2014) afirmam que os atributos tradicionais do gênero legitimam o discurso de que os meninos devem ser mais competitivos, agressivos e livres; enquanto as mulheres devem ser mais recatadas, delicadas e dóceis. O papel social é uma das características atribuídas aos sujeitos em função de seu gênero, seja ele masculino ou feminino. Jesus *et al* afirmam que:

Essas características e atributos são produções culturais que permeiam todo o universo “masculino” e “feminino” e demarcam as desigualdades de gênero, criando

tarefas, atribuições e normas, profissões e estilos de vida que novamente opõem e hierarquizam os sexos (2008, p. 35).

Assim, o gênero está associado ao papel sexual e de como o sujeito deve se apresentar na sociedade, o modo que deve viver e as tarefas que devem desempenhar. Barbosa e Guizzo (2014, p. 160) afirmam que “os modos de se comportar, as condutas e os papéis assumidos são moldados pela sociedade e pela cultura”. Assim, desde o nascimento os pais já planejam um determinado padrão ao qual o indivíduo irá se enquadrar; se o quarto será azul, se as roupas serão de determinadas cores ou com quem irão se relacionar. Além dos papéis sociais, o gênero estabelece relações de poder entre os sexos e ele também é instrumento de luta para desconstruir essas relações, como afirmam Jesus et al: “chamamos de gênero o conceito que permite a compreensão, a análise crítica e a superação dessas diferenças e contrastes entre homens e mulheres” (2008, p. 32). Desse modo, o conhecimento a respeito de gênero fomenta discussões sobre respeito, igualdade em direitos, tarefas e deveres.

Por meio do conhecimento a respeito de gênero, o sujeito passa a ser visto como um ser dotado de diversos aspectos que o constitui, sejam eles psicológicos, culturais, sociais ou políticos. Em outras palavras, passa a ser visto como um ente carregado de significados e atributos que constituem sua identidade. Os autores Silva, Rios e Vieira afirmam que:

É particularmente a partir do emergi do conceito de gênero que homens e mulheres passaram a ser pensados de maneira multifacetada, ou seja, como constituídos e construídos não apenas pelo gênero, mas também pela raça, etnia, classe, geração e sexualidade, dentre outros (SILVA; RIOS; VIEIRA, 2016, p. 3).

Podemos afirmar que esse conceito possibilitou o reconhecimento dos atributos do sujeito em aspectos além do biológico. Esse reconhecimento de um sujeito social dotado de elementos diversos, construídos socialmente, auxilia na construção da identidade do indivíduo por meio das representações sociais. A identidade de gênero nesse contexto se relaciona com diversos aspectos. Ela diz respeito a forma como se apresenta às pessoas, seja como homem ou mulher, ou uma mescla entre os dois, o chamado “gênero fluido”. O gênero fluido ainda é pouco debatido por estudos, uma das poucas autoras a usar esse termo é Marilyn Roxie. Para ela, esse termo alternativo que vem sendo usado pela comunidade LGBTTTI, diz respeito às

peessoas que se movem entre dois ou mais gêneros. Portanto, compartilhamos do ponto de vista de Jesus *et al* no que se refere à identidade de gênero:

A identidade de gênero é, portanto, a maneira como alguém se sente e se apresenta para si e para os demais na condição de homem ou mulher ou, em alguns casos, de uma mescla de ambos, sem que haja nisso uma conexão direta e obrigatória com o sexo biológico (JESUS, 2008, p. 35).

Assim, podemos afirmar que a identidade de gênero é a forma como nos enxergamos e como queremos que as pessoas nos vejam, nos respeitem e nos tratem. O sentimento de pertencer a um gênero ou mais está relacionado ao conforto ou desconforto que sente com o próprio corpo (JESUS, 2008). Portanto, uma pessoa que possui o “sexo masculino” pode apresentar uma identidade feminina ou até modificar o corpo como uma forma de se alinhar a sua identidade interna, passando a fazer parte de outro grupo: cis gênero ou transgêneros. Ainda de acordo com Jesus *et al*:

Nossa identidade de gênero não é construída somente a partir do corpo biológico, de macho ou fêmea, mas também da intersecção entre os aspectos biológicos, psicológicos, culturais e sociais que nos constituem. O caso das pessoas transgêneros deixa bastante claro como essa construção é complexa (JESUS *et al*, 2008, p. 39).

Portanto, o gênero está diretamente ligado à construção de identidade das pessoas. É importante discutir esses termos para que o ente se reconheça como sujeito social e se identifique como forma de firmar sua personalidade e ter respeito perante os demais. Assim, é importante trabalhar essas questões na escola como forma de promover o respeito dos alunos com essas pessoas que possuem uma personalidade diferenciada dos tradicionais papéis sociais.

Vale salientar a diferença entre gênero e orientação sexual. Orientação sexual diz respeito à atração sexual que o ente sente diante de outros sexos, seja ela por pessoas do mesmo sexo ou não. A orientação também não é uma opção, como muitos documentos abordam. Não é uma escolha, mas um fato biológico. Para Jesus *et al*, “a orientação sexual resulta de um processo complexo e espontâneo de constituição dos afetos e do desejo erótico, para o qual contribui uma multiplicidade de fatores” (JESUS *et al*, 2008, p. 17). Dentre esses

fatores estão os biológicos, como os hormônios. Então não se trata de um simples processo de escolha ou de comportamento intencional, mas predeterminado em nosso percurso desde o período gestacional. A orientação envolve aspectos intra e extra psíquicos. Para Jesus *et al* (2008), possuímos uma interioridade e uma exterioridade e que por meio do processo de socialização criamos uma identidade no modo de se vestir, de se portar, de falar e até nos aspectos vocais. Assim, a nossa identidade se firma quando nos espelhamos nos demais como um ente diferenciado que também possui suas características próprias e específicas.

Para os Parâmetros Curriculares Nacionais, é muito importante discutir orientação sexual no âmbito escola, pois:

Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro” (BRASIL, 1997, p. 287).

Portanto, discutir orientação sexual nas escolas é importante, uma vez que engloba questões relacionadas ao gênero, ao respeito nos mais variados sentidos e expressões culturais. Não se trata apenas da opção sexual das pessoas; mas sim, de um emaranhado de questões históricas, sociais e políticas dos jovens. Em outras palavras, trata-se de debater sobre a diversidade sexual presente no nosso cotidiano e no mundo como um todo, que para Jesus *et al* trata-se de uma “expressão usada para designar as várias formas de expressão da sexualidade humana” (2008, p. 16). Expressão essa última que diz respeito as formas de se aflorar os sentimentos, pensamentos e desejos, isto é, a sexualidade como um todo; pois para Barbosa e Guizzo “a sexualidade se expressa através do nosso corpo e da relação com nossas imaginações, desejos, fantasias, símbolos e padrões culturais” (2014, p. 161).

A sexualidade engloba o sexo, o gênero, os papéis sociais e a diversidade sexual. Falar de sexualidade é levar esses elementos em conta e buscar uma compreensão mais ampla. Limitar o assunto e negar a relação sexual como algo prazeroso e prega um pensamento medieval do sexo apenas como meio de reprodução para manter a espécie, como mostram as pesquisas de Barbosa E Guizzo (2014) e Jesus *et al* (2008). Por tratar a sexualidade dessa

forma, a escola acaba inibindo as possibilidades de reflexão acerca do corpo e demais aspectos (BARBOSA e GUIZZO, 2014). Essa é mais uma razão de tratarmos a sexualidade na escola, como forma de refletir e sensibilizar a respeito das diferenças e dos cuidados com a saúde como um todo.

EDUCAÇÃO E GÊNERO: PARCERIA FUNDAMENTAL

Como discutimos anteriormente, há uma resistência quanto ao debate a respeito das questões de gênero no âmbito educacional. Porém, não devemos deixar que esses entraves impossibilitem tais discussões, pois a educação escolar se constitui como importante instrumento de combate às diferenças, promotor de respeito pelo próximo, assim como na luta por direitos iguais e a construção de uma sociedade mais justa. Apostamos na educação como elemento de transformação de realidades. Nesse ponto concordamos com Roseno e Guimarães quando afirmam que “a educação escolar tem papel preponderante na desconstrução de preconceitos e discriminações, tem por obrigação legal, moral e ética somar esforços no combate às desigualdades” (2016, p. 3). Além da desconstrução, um dos principais papéis da educação é a formação de sujeitos críticos e reflexivos cientes dos deveres e direitos enquanto cidadãos que se orientam pelos princípios éticos e democráticos.

Brandão (1993) afirma que educação é uma prática social que tem como fim o desenvolvimento do sujeito de acordo com as necessidades e exigências da sociedade no momento histórico em que vivemos. Por isso, acreditamos que uma das necessidades sociais do momento é a discussão de gênero no âmbito educacional. Diversos autores recentes em suas pesquisas apresentam como resultados a necessidade de se discutir questões referentes a gênero. Dentre eles podemos citar Nogueira (2016) e Barbosa e Guizzo (2014).

No que se refere a escola, Nogueira afirma que “cabe a ela se aprofundar em conhecimentos científicos historicamente construídos e através de discussões e reflexões oportunizar a mudança de atitudes a todos/as os/as sujeitos envolvidos na educação” (2014, p. 16). Portanto, a educação por meio de discussões e debates pode auxiliar a mudança de

atitudes dos sujeitos nesses ambientes educacionais, como também os sociais e dessa forma a promoção de respeito ao público LGBTTTI, bem como à saúde corporal das pessoas.

Barbosa e Guizzo (2014) defendem que o fato da escola abordar a heterossexualidade e deixar as demais formas de orientações as margens do conhecimento do aluno acaba por desencadear um olhar de anormalidade para as pessoas que não se enquadram nesse padrão, o que pode ocasionar atos discriminatórios e preconceituosos para o público LGBTTTI. No mesmo sentido, Louro (1997) afirma que a escola contribui com a desigualdade e divisão social. Assim, é necessário quebrar com essa normalidade da heterossexualidade, pois ela serve apenas para legitimar as diferenças e desigualdades, além de fortalecer a exclusão dos presentes nesse espaço. Essa postura heteronormativa e a ausência de discussões a respeito da sexualidade, identidade e diversidade sexual dentro do ambiente resultam em dois aspectos:

a) em um alto índice de violências físicas, emocionais, sexuais praticadas pelos colegas, docentes e gestão contra as professoras, estudantes mulheres e aos indivíduos (docentes, alunos/alunas, gestores/gestoras) que não correspondem aos comportamentos da heterossexualidade compulsória ou da heteronormatividade; b) em violência simbólica e ou física que comprometem a qualidade da educação e o rendimento escolar, influenciam negativamente na retenção e ou na expulsão desses discentes dos ambientes educacionais, caracterizando uma pedagogia excludente (MIRANDA; MELO; SANTOS, 2016).

Esses são outros motivos para incluir essas discussões no ambiente escolar. E as questões a serem inseridas não só se referem ao público LGBTTTI, mas a sexualidade também. Ambos precisam ser problematizados, pois como afirmam Miranda, Melo e Santos “trabalhar assumindo a homossexualidade sem problematizar a ideia de que a heterossexualidade também é uma construção sociocultural não contribui para combater a violência contra a comunidade LGBT, em nossa sociedade” (2016, p. 6). Essa citação é importante para evitar colocações de que ao defender essa comunidade estamos ferindo outra, ou colocar a heterossexualidade como única razão dos entraves que estamos vivenciando.

GÊNERO E CURRÍCULO

Até o momento demonstramos que é preciso inserir essas questões no ambiente escolar. Porém, quando falamos em inserir tais questões, devemos levar em conta que é preciso uma alteração na estrutura do currículo, da proposta pedagógica e da formação inicial. O currículo se constitui como um norte para as atividades educacionais e, portanto, a inclusão da referida temática nesse documento oferece subsídios para que o professor possa realizar um trabalho significativo. Ele também guia os sujeitos e transmite conhecimentos que os constituem, de uma forma ou de outra; isto é, está ligado à formação, por isso é importante trabalhá-lo. Para Jesus *et al*:

O currículo não é uma operação meramente cognitiva, em que determinados conhecimentos são transmitidos a sujeitos prontos. Em vez disso, deve ser visto como um discurso que, ao corporificar as narrativas particulares sobre o indivíduo e a sociedade, nos constitui como sujeitos – e sujeitos também muito particulares (2008, p. 47).

Assim, o currículo deve ser visto como algo amplo, que vai além do aspecto de orientar discussões, mas de formar sujeitos de acordo com o intuito pelo qual ele é formado. Roseno e Guimarães (2016) afirmam que “na escola, o conhecimento se hospeda no currículo e é nele e por ele que o indivíduo cria sua identidade escolar e desenvolve a solidariedade cidadã” (ROSENO; GUIMARÃES apud. CARNEIRO, 2015, p. 246; 2016, p.7). Dessa maneira, tomando como subsídios as discussões a respeito da identidade de gênero e sexual que discutimos, afirmamos que ter tais questões nos currículos podem auxiliar os alunos na construção de identidades. Porém, é preciso ter cuidado, pois o currículo pode se constituir como um instrumento ideológico e de poder, como afirma Silva ao dizer que “o currículo não é um corpo neutro, inocente e desinteressado de conhecimentos” (2010, p. 46). Assim, as relações de poder existentes na sociedade influenciam diretamente no tipo de educação que se deseja ofertar. Ademais, Silva afirma que “mexer nessa organização significa mexer com o poder. É essa estreita relação entre organização curricular e poder que faz com que qualquer mudança curricular implique uma mudança também nos princípios de poder” (2010, p. 68).

Essa é uma das razões pelas quais ainda não temos as discussões a respeito de gênero do currículo brasileiro: o poder.

GÊNERO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Quando falamos em currículo não estamos apenas nos referindo à escola, mas à universidade também. Isso porque a inserção desses discursos em documentos e políticas, assim como o trabalho em sala de aula, será efetivado pelos professores que se encontram nesses contextos. Roseno e Guimarães afirmam que:

Os nossos cursos de licenciatura precisam também passar por uma reformulação do seu currículo, articulando os conhecimentos científicos com os práticos, as questões teóricas com as questões sociais, fazendo assim que surjam uma nova classe de docentes que tenham com primazia o zelo pelo respeito à diversidade humana e sexual. Assim, como a rede pública de educação deve oferecer cursos de formação continuada na respectiva área, estabelecendo um compromisso social com as gerações futuras (2016, p. 9).

Dessa maneira, a diversidade humana e sexual deve ser maneira de englobar todas essas questões referentes a gênero no currículo. Isso porque “pensar na diversidade sexual inserida nas práticas curriculares é pensar no currículo como construção sociocultural e histórica, bem diferente de pensá-lo apenas como grade curricular ou rol de disciplinas” (JESUS *et al*, 2008, p. 47). Isso significa que o currículo também serve como construtor de realidades sejam elas mais justas e democráticas ou não. Portanto, na formação inicial e continuada se torna uma necessidade trabalhar com o referente assunto, até porque os cursos superiores de pedagogia parecem negligenciar a temática, uma vez que uma pesquisa recente (ALMEIDA, 2016) mostrou que de 30 cursos de pedagogia em Pernambuco apenas 5 deles abordam a referente temática em suas grades curriculares.

Ademais, discutir essas questões a respeito da formação propicia a reflexão de saberes, pois como afirma Pimenta “os saberes pedagógicos podem colaborar com a prática. Sobretudo se forem mobilizados a partir dos problemas que a prática coloca, entendendo, pois, a dependência da teoria em relação a prática, pois esta lhe é anterior” (1996, p. 83). Com relação à formação continuada a referida autora entende que “a formação é, na verdade, auto

formação, uma vez que os professores reelaboram os saberes iniciais em confronto com suas experiências práticas, cotidianamente vivenciadas no contexto escolar” (1996, p. 84). Assim, o professor é um profissional que está em constante aperfeiçoamento e aprendizado. Até porque ele está diretamente ligado com os alunos que estão imersos nas novas tecnologias e conseqüentemente expostos a um fluxo grande de informação.

PROPOSTA PEDAGÓGICA COMO INSTRUMENTO POLÍTICO

Assim, outro instrumento que é importante para buscar igualdade e respeito entre os gêneros é a proposta pedagógica. Ela se configura como elemento primordial ao dispor sobre os objetivos e metas da escola. Por meio dela, os professores podem incluir as questões de gênero de uma forma mais contextualizada levando em conta as especificidades locais. Esse instrumento político e pedagógico oferece mais autonomia ao professor. Para Roseno e Guimarães:

Os projetos políticos pedagógicos das escolas precisam ser estruturados obedecendo não apenas as legislações presentes da educação, mas os temas que são suscitados em nossa sociedade, articulando os saberes, promovendo a equidade, buscando a permanência daqueles/as que são marginalizados/as. A escola precisa ser plural, nela deve-se emergir o respeito. Lembrando, por fim, que nem todo mal encontra-se na escola ou no Congresso (ROSENO; GUIMARÃES, 2016, p. 9).

Assim, por meio dessa ferramenta é possível ter uma autonomia e atender as referidas questões. Desse modo, o que mais parece dificultar a inclusão dessas questões na esfera educacional é a ausência de uma legislação específica para trabalhar sobre a temática.

Almeida afirma que “a inexistência de uma legislação específica sobre a diversidade sexual e sua contemplação no âmbito educacional dificulta, ou mesmo impede, ações já existentes ou em curso voltadas para essa temática” (ALMEIDA, 2016, p. 16). Isso significa que mesmo com a autonomia do professor em relação à proposta pedagógica e aos outros instrumentos que ele pode usar, a ausência de uma legislação específica dificulta tal trabalho, pois muitos membros, como os que nos referimos, discordam de tal efetivação.

Desse jeito, uma legislação específica iria auxiliar também a participação de outros membros sociais como a família, pois sua participação nesses debates é essencial, uma vez que se trata de “um trabalho em conjunto: família, sociedade e escola, essas relações se dão nesses três pilares, por tanto os três devem andar juntos em busca de se construir relações igualitárias” (SILVA; RIOS; VIEIRA, 2016, p. 10). Esses três setores devem caminhar juntos na efetivação de um trabalho produtivo e significativo.

Em vista disso, é necessária uma nova escola com uma postura que busque atender esse novo público diverso que tem adentrado na escola. Roseno & Guimarães afirmam que:

Uma nova escola precisa ser pensada para a inclusão desses/as novos/as estudantes. O caráter conservador da educação, até então vigente, não contempla esse público diverso, que agora acessa a escola, contribuindo para a manutenção de privilégios historicamente construídos (ROSENO; GUIMARÃES, 2016, p. 2).

Essa nova postura é necessária para favorecer um ambiente de respeito, para que os alunos possam conviver com as diferenças como algo rico e positivo, sem precisar ter medo de assumir suas identidades ou de ser reconhecido pelas suas potencialidades e não discriminados por aspectos estéticos, corporais ou até de identidade. Para Jesus *et al*, “a diversidade deve ser vista na escola como um grande instrumento pedagógico, capaz de alçar os/as aluno/as a outro nível de compreensão da cidadania [...] (JESUS *et al*, 2008, p. 23). Em outras palavras tomar as diferenças como forma de crescimento e não de desigualdade. Assim, compartilhamos da ideia presente nos PCNs no que se refere ao papel da escola:

O papel da escola é abrir espaço para que a pluralidade de concepções, valores e crenças sobre sexualidade possa se expressar. Caberá à escola trabalhar o respeito às diferenças a partir da sua própria atitude de respeitar as diferenças expressas pelas famílias” (BRASIL, 1997, p. 305).

Novamente a família é citada como um elemento necessário para o fazer educacional, cabendo a escola respeitar as diferenças familiares mas apresentar a sexualidade como algo inerente ao ser humano e aos alunos em sala de aula, pois para Brasil (1997) a sexualidade é algo natural e que permeia a escola de diversas maneiras; como por exemplo, as representações em paredes e bancas riscadas com desenhos de órgãos sexuais.

RESULTADOS

Em vista do apresentado, podemos afirmar que as questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar ainda não são amplamente difundidas em razão do conservadorismo ainda presente nesses espaços. Ademais, os órgãos superiores como o MEC, reconhecem a necessidade de se trabalhar essas questões e desenvolveram projetos, como o *Escola sem homofobia*, que por pressões, principalmente da bancada evangélica no congresso, foi retirado das escolas. Assim, as atuais leis organizacionais oferecem uma pequena autonomia para o trabalho da referente questão, uma vez que os atuais documentos que regulam a educação afirmam que o professor deve buscar trabalhar diversas questões a respeito de cidadania, democracia e direitos humanos, independentemente da raça, cor, crença, entre outros elementos. Desse modo, percebe-se a falta de uma legislação específica que fomente esse trabalho de forma contextualizada e igualitária.

Precisa-se também de formação continuada ou da inclusão da temática nos cursos de graduação, para que o professor tenha o domínio de conteúdo e para que evitem reforçar as diferenças e desigualdades no âmbito escolar. Até porque a formação docente se constitui numa possibilidade dos professores confrontarem saberes e conhecerem melhor o que se propõem discutir acerca das questões de gênero no ambiente escolar.

A inclusão da temática no currículo é outra necessidade que não podemos dispensar, pois nele são estabelecidos os conteúdos a serem trabalhados com os alunos. Isso porque as mudanças no currículo, poderiam ocorrer no momento atual se a temática de gênero fosse incluída na Base Nacional Comum Curricular que está em processo de elaboração. Todavia, já há posicionamentos por parte de deputados solicitando que este documento seja aprovado pela câmara e não pelo MEC, o que pode representar um retrocesso; pois o poder de decidir aspectos da educação é retirado das mãos dos educadores para ser posto nas mãos de pessoas que não convivem no ambiente escolar e, portanto, não conhecem suas reais necessidades. Isso nos remete ao pensamento de Silva, como citado anteriormente, que as relações de poder tentam sempre conduzir a educação da forma que julgam necessárias.

Assim, a proposta pedagógica é o ponto de partida para o debate e trabalho com a temática, buscando problematizar e contribuir com a formação de sujeitos sensibilizados e conscientes dos direitos e deveres enquanto seres sociais, o que pode contribuir bastante para a construção de uma sociedade mais justa e politizada. Essa deve ser uma postura interdisciplinar e deve contar com o apoio da família e demais membros inseridos nesse contexto.

CONCLUSÃO

Mediante as exposições aqui apresentadas, reconhecemos a escola como espaço de fundamental importância na promoção do respeito às diversidades sociais, uma vez que ela acolhe sujeitos diversos. Por isso, este espaço deve estar permeado pelas discussões apresentadas, de forma a produzir um novo olhar sobre as relações de gênero e sexualidade, promovendo o pensamento reflexivo acerca da pluralidade de identidade na sociedade. A omissão dessas questões no ambiente escolar se configura como uma forma de reafirmar o preconceito existente, pois inviabiliza uma questão social, nega sua existência e isso corrobora para a visão de anormalidade enraizada na cultura vigente. A postura heteronormativa da escola deve ser problematizada.

Portanto, como salientamos anteriormente, incluir discussões de gênero e sexualidade na escola, implica mudanças curriculares que na atual conjuntura estão limitadas devido a valores da família tradicional divulgados principalmente por grupos religiosos, principalmente pela atual bancada evangélica no congresso que tem se configurado com um retrocesso para as discussões da referente temática. Entendemos assim, que incluir o multiculturalismo no currículo implica diretamente nas relações de poder existentes na sociedade e que isso pode comprometer essas relações.

Portanto, podemos concluir que discutir essas questões é uma forma de diminuir a violência no ambiente escolar e de promover o respeito às diferenças e auxiliar na construção dos sujeitos e no reconhecimento deles enquanto entes sociais dotados de personalidade própria e que trabalhar a diversidade sexual não vai influenciar os alunos a assumirem uma

postura sexual diferente das que possuem. Discutir essas questões auxiliam no entendimento das especificidades e valoriza a diversidade como algo rico. E, dessa forma, busca-se igualdade, respeito e harmonia nos mais variados setores da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Edson Leandro. **O kit anti-homofobia e a (re)produção da identidade sexual nos discursos escolares**: paráfrases e polifonias. In: VI EPEPE – ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO, 6., 2016, Juazeiro, Bahia. Anais... Juazeiro: Universidade do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2016, 1 CD.
- BARBOSA, Dianise Mello; GUIZZO, Bianca Salazar. **Gênero e Sexualidade**: interfaces entre as diretrizes curriculares e práticas pedagógicas. Revista de iniciação científica da ULBRA, Canoas, n. 12, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/ic/article/view/1049>>. Acesso em: 11 jul. 2016.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, Coleção. Primeiros Passos, 28 o ed., 1993.
- BRASIL, Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: orientação sexual. Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEF, 1998.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2003.
- _____. **Corpos que pensam**: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: psicologia da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- JESUS, BETO; et al. **Diversidade sexual na escola**: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. São Paulo: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- _____. **O corpo educado**: psicologia da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MEYER, Dagmar Estermann. **Teorias e políticas de gênero**: fragmentos históricos e desafios atuais. Revista brasileira de enfermagem, Brasília, 2004, jan n. 57, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n1/a03v57n1.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2016).
- MIRANDA, Marcelo; MELO; Fernanda; SANTOS, Jean. **Gênero e Sexualidade como Processos Educacionais**: categorizações sociais dos professores e gestores na educação básica. In: VI EPEPE – ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO, 6., 2016, Juazeiro, Bahia. Anais... Juazeiro: Universidade do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2016, 1 CD.
- NOGUEIRA, Daniela Macias. **Gênero e sexualidade na educação**. In: I SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1, 2010. Londrina, Universidade Estadual de Londrina. Anais... Londrina, 2010, 1 CD. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/2.DanielaNogueira.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

ROSENO, Camila; GUIMARÃES, Janaina. **A emersão diante da proposital invisibilidade: por que não falar de gênero na educação?** In: VI EPEPE – ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO, 6., 2016, Juazeiro, Bahia. Anais... Juazeiro: Universidade do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2016, 1 CD.

SILVA, Thaynara Oliveira da; RIOS, Pedro Paulo Souza; VIEIRA, André Ricardo Lucas. **A intrínseca relação entre relações de gênero e educação: uma discussão necessária nos espaços formativos**. In: VI EPEPE – ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO, 6., 2016, Juazeiro, Bahia. Anais... Juazeiro: Universidade do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2016, 1 CD.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.